

Jornal da ASEAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

De tanto ver triunfar a nulidade.
 De tanto ver prosperar a desonra
 De tanto ver crescer a injustiça
 De tanto ver agigantar-se os poderes nas mãos dos maus
 O homem chega a desanimar da virtude
 A rir-se da honra
 A ter vergonha de ser honesto

Rui Barbosa

Acordo Coletivo 2005

Categoria reage ao

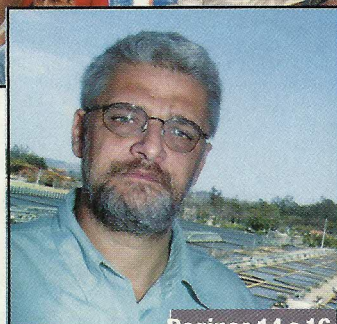
FATIAMENTO



EXCLUSIVO

Presidente da
 CEDAE confirma
 a divisão da
 empresa em seis

Páginas 6 a 10



Páginas 14 a 16

Diretor do
 Interior
 critica
 modelo que
 induz à
 privatização

Presidente da ASEAC defende para a CEDAE modelo semelhante ao da SABESP





**Associação
dos Empregados
de Nível
Universitário
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,
120, Sala 1004, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail:
aseac@veloxmail.com.br
Home Page:
www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Flávio Guedes

Diretor Vice-Presidente
Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo
Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro
Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação
Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico
João Benedito Mello

Diretor Social
Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico
Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto
Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

Repres. dos Advogados
Aloysio Gomes Feital Filho

Repres. dos Aposentados
Antonio Bastos de Oliveira

Repres. dos Arquitetos
Tânia Mara Silva

Repres. dos Contadores
Sérgio Pereira

Repres. dos Economistas
João A. Vasco Rodrigues

Repres. dos Engenheiros
Adriano Gama Alves

Repres. dos Engenheiros
Armando Costa Vieira Jr.

Repres. dos Engenheiros
Carlos Henrique Pereira

Repres. dos Engenheiros
José Roberto da C. Dantas

Repres. dos Engenheiros
Mara R. K. K. S. Alô

Repres. dos Engenheiros
Sérgio Vieira F. Martins

Repres. dos Geólogos
Paulo Roberto da Cruz

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

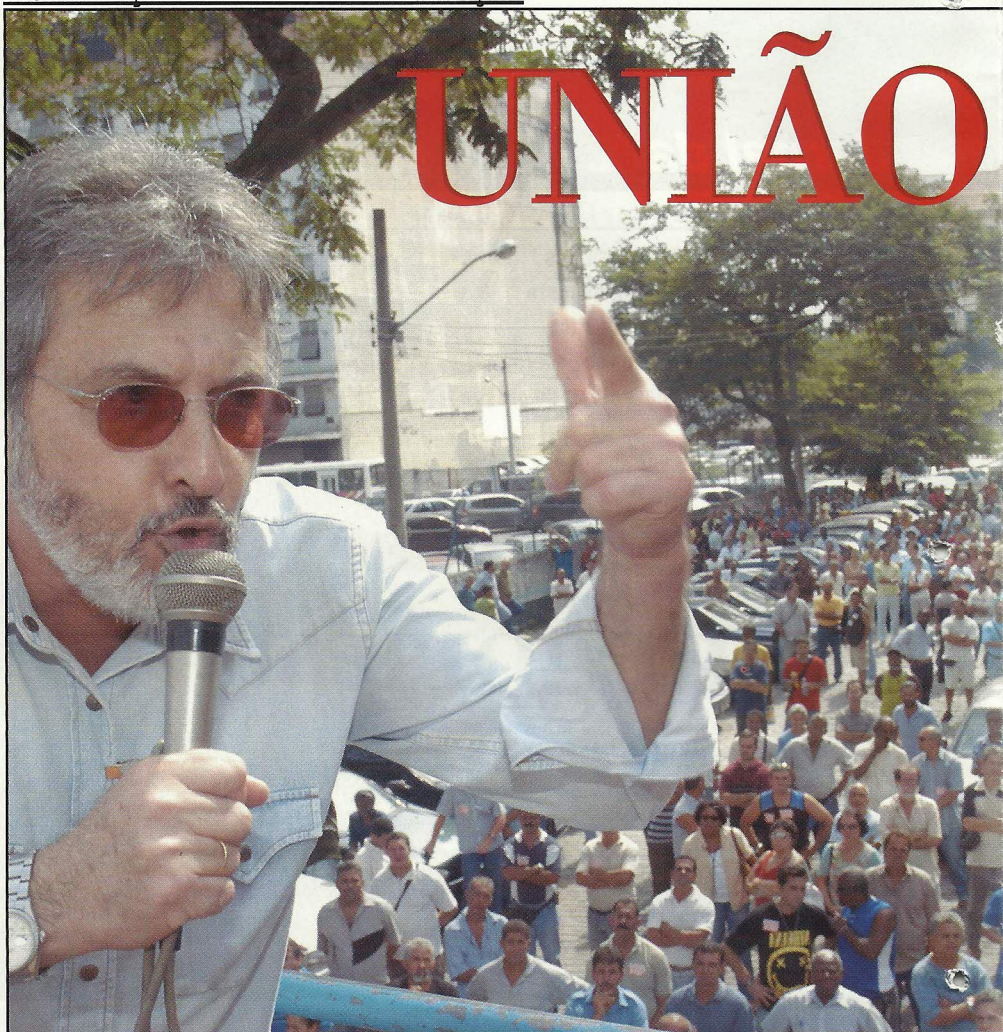
Repres. dos Químicos
Augusto César F. Gesteira

**Planeja e Informa
Produções Ltda.**

(21) 2524-0890/
2220-0656
www.planinrio.com.br

Jornalista Responsável
Carlos E. Eleutério
MTB: 12.524-RJ
Projeto Gráfico
J. Paulo Eleutério

MOBILIZAÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO



Unidade - a palavra de ordem contra a proposta de fatiamento da CEDAE

Os empregados da CEDAE deram uma resposta contundente ao projeto do governo do Estado, aprovado pelo Conselho de Administração, de fatiar a Companhia em seis empresas – uma de produção de água e tratamento de esgotos e cinco destinadas a distribuir água e coletar esgotos sanitários. Mobilizados pelas entidades representativas do setor e pelos sindicatos da categoria, cerca de quatro mil trabalhadores paralisaram as atividades da empresa e saíram em passeata, no último dia 18 de maio, contra a privatização da empresa e em defesa da garantia do emprego, cuja cláusula a direção da CEDAE se recusa a acei-

tar, gerando um impasse na assinatura do Acordo Coletivo de 2005.

A mobilização dos trabalhadores começou no dia 11 de maio, quando aproximadamente duas mil pessoas, segundo cálculos da própria Polícia Militar, participaram da gigantesca manifestação realizada pelas entidades e sindicatos em frente à sede da empresa. O ato marcou o posicionamento de “unidade” da categoria, e contra a privatização da companhia, depois que a direção da empresa confirmou a realização de estudos para entregar aos municípios os serviços de distribuição de água.

Além do presidente da ASEAC, parlamentares, sindicalistas, estudantes e representantes da sociedade civil participaram do Ato em Defesa da CEDAE pública. Estiveram presen-





E RESISTÊNCIA

tes os presidentes do Sindicato dos Trabalhadores de Campos, Erilza Zózimo Valatão Ferzeli; do Sindicato dos Engenheiros (SENGE), Aloísio Souza da Silva; do Sindicato dos Administradores (SINTAERJ), Jair de Carvalho Júnior; da Associação dos Aposentados da CEDAE (ASAPAE), Vicente Arantes; da Associação Fluminense dos Trabalhadores da CEDAE (AFTAE), Marcos Puccini Lara; da Associação dos Trabalhadores da CEDAE (ASTEAC), Humberto Lemos; da ASCED/GOLFINHO, Jorge Luiz Santos; do Sindicato do Rio de Janeiro (SINTSAMA), Francisco Pereira (Chiquinho); e do Sindicato de Niterói, Carlos Eduardo Peixoto Xavier (Campista).

Paralisação

O movimento cresceu ainda mais depois que o Conselho de Administração convocou uma reunião para o dia 18, destinada a votar uma proposta de realização de estudos para a cisão da CEDAE. Na véspera, uma assembléia geral da categoria decidiu então pela paralisação no dia da reunião e decidiu fazer uma grande manifestação, culminando com uma passeata até a sede da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, onde o Conselho de Administração deveria se reunir, e outra manifestação na Assembléia Legislativa do Estado (ALERJ), para informar e cobrar compromisso dos parlamentares com a CEDAE pública.

Logo cedo, começaram a chegar vários ônibus, trazendo trabalhadores de todas as partes do Estado. Ostentando faixas, cartazes e adesivos, os empregados da empresa se concentraram em frente a sede, onde iniciaram uma passeata histórica, com apoio da Polícia Militar, até o prédio conhecido como "Banerjão", na rua da ajuda, que paralisou o trânsito no centro da cidade. Ao som da Música "Planeta Água", de Guilherme Arantes, os trabalhadores gritavam slogans contra a privati-

Fotos: Alexandre Loureiro



ALERJ voltou a ser palco da disposição de luta dos trabalhadores da CEDAE

zação, enquanto denunciavam à população o risco que o projeto de fatiamento e privatização da CEDAE representa para a sociedade, especialmente as camadas mais carentes. "CEDAE, unida, jamais será vendida", diziam em coro os trabalhadores, lembrando que água é fundamental para a

vida humana.

Em frente ao prédio do governo do Estado, foi instalada a assembléia permanente dos trabalhadores, que decidiram aguardar o resultado da reunião do Conselho, para decidir as próximas ações. Como chegaram informações de que não haveria mais a reunião, a

Fotos: Alexandre Loureiro



Empregados vindos de todas as partes do Estado tomaram ruas do centro



MOBILIZAÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

assembléia se transferiu para a ALERJ, onde vários deputados aderiram ao movimento, se comprometendo a defender na casa parlamentar a manutenção da CEDAE pública.

Contudo, através de uma manobra, o governo conseguiu reunir o conselho da companhia e mudou a pauta do encontro, aprovando, em vez de estudos, a cisão definitiva da empresa, cuja proposta agora terá de ser votada em assembléia de acionistas e apreciada e aprovada na ALERJ. A reação dos trabalhadores foi imediata: tão logo o representante dos acionistas minoritários no conselho, Dario Mondego, confirmou a decisão do governo do Estado, os trabalhadores mobilizaram um grupo de deputados e aprovaram na casa a convocação de uma CPI para investigar a atual administração da CEDAE.

O presidente da ASEAC, Flávio Guedes, defendeu em seu pronunciamento a unidade dos trabalhadores em torno da CEDAE, para lutar pelo modelo de gestão pública, "pois a empresa é perfeitamente viável. Por quênão seria, se a Sabesp, a Copasa, a Sanepar, a Embasa

**“Problema
da
CEDAE
é de
gestão
e não
vai se
resolver
com
a cisão da
companhia
em
seis.”**

Os empregados da companhia mostraram novamente a sua capacidade de mobilização

Fotos: Alexandre Loureiro



O sindicatos e entidades se uniram em defesa da CEDAE pública



Hélio Anomal, de Campos: empresa foi invadida por incompetentes





O protesto parou a companhia no dia 18 e vai ser intensificado

“Nós temos o direito de julgar e amaldiçoar nossos algozes.”



Presidente do SINTSAMA, Francisco Pereira, discursa contra a privatização e o faticamento da CEDAE

contornaram seus problemas e hoje são empresas modernas e pujantes?”. Segundo o engenheiro, o problema da CEDAE é de gestão, e não vai se resolver com a separação da empresa em duas ou mais companhias. “Isso é um absurdo, pois entregar a distribuição de água aos municípios significa entregar a caixa registradora à iniciativa privada nas cidades onde o serviço é superavitário”, denunciou.

Flávio Guedes lembrou a situação dos mananciais do Estado, que se encontram em franco processo de degradação, e convocou todos os trabalhadores, aposentados ou da ativa, a levantar a cabeça e resistir contra a separação da CEDAE, que vai trazer sérios prejuízos à população. - Os trabalhadores da CEDAE tem o direito de julgar e amaldiçoar seus algozes - afirmou.

- Não podemos aceitar que nos digam que a CEDAE é ineficiente. Uma empresa que só recebe 37,5% da água que produz tem um potencial enorme para se reestruturar e se recuperar. E é por isso que várias empresas estrangeiras estão de olho na CEDAE. É um complô internacional para por as mãos ossudas, peludas e fedorentas nesse vasto patrimônio nacional. Mas nós vamos resistir. Se o petróleo é nosso, a água também é nossa - concluiu o presidente da ASEAC.

Golpe na CEDAE e na sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO APROVA CISIÃO DA COMPANHIA EM SEIS

O vice-governador e secretário de Meio Ambiente e Urbanismo, Luís Paulo Conde, convocou para o dia 7 de junho uma assembléia de acionistas da CEDAE, destinada a referendar a decisão do Conselho de Administração que aprovou a cisão da CEDAE em seis empresas – uma de produção de água e tratamento de esgotos e cinco outras de distribuição e coleta de esgoto, que deverão ser entregues aos municípios e, possivelmente, privatizadas.

A decisão teria sido tomada por orientação da própria governadora Rosinha Garotinho e só teve um único voto contrário, do representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração – o ex-presidente da ASEAC, Dario Mondego. Em seu voto por escrito, Dario fez questão de defender a reestruturação da companhia e a sua preservação como

empresa pública, lembrando que a CEDAE é a segunda maior companhia de saneamento do país.

Ele chegou a propor ainda que fosse dado à CEDAE o mesmo tratamento que o governo do Estado de São Paulo deu à Sabesp, promovendo a recuperação da empresa e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população daquele Estado. Mondego lembrou também que a CEDAE foi a primeira companhia de saneamento criada no país pelo PLANASA, servindo de modelo para as demais, posteriormente criadas no país.

A decisão foi considerada pelas lideranças dos trabalhadores e técnicos como “um golpe” na empresa e nos trabalhadores. Isto porque, o próprio presidente da CEDAE, Aluizio Meyer, havia garantido (ver entrevista nas páginas 6 a 10) que, por enquanto, o que existia

era apenas um estudo a respeito de um novo modelo para a empresa. Em um documento oficial, assinado por ele, Aluizio Meyer chegou a afirmar que “a orientação do governo do Estado é a de que, seja qual for o modelo a ser adotado na operação, a CEDAE deverá permanecer como uma empresa pública sob controle estadual. A reestruturação que vier a ser feita destina-se, assim, a fortalecer-la e modernizá-la para que possa cumprir com eficiência suas atribuições primordiais: o planejamento do setor de saneamento básico do Estado, a produção de água (captação, tratamento, adução etc.) e o tratamento e disposição final de esgotos. Os estudos convergem para o criação de empresas de distribuição de água, que deverão concorrer entre si, de modo a promover-se competitividade no setor”.





EXCLUSIVO

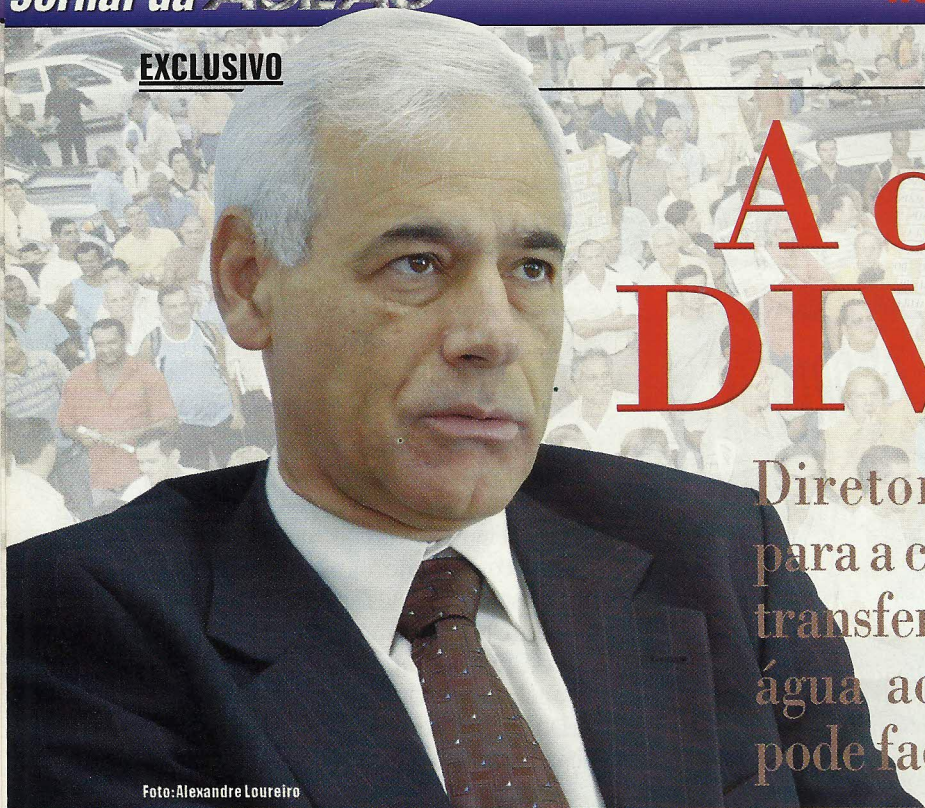


Foto: Alexandre Loureiro

A ordem é **DIVIDIR**

Diretoria confirma estudos para a cisão da CEDAE em seis, transferindo a distribuição de água aos municípios. Medida pode facilitar a privatização

Depois de tomar conhecimento de um documento oficial assinado pelo presidente da CEDAE, Aluizio Meyer, no qual a empresa informa aos empregados a existência de estudos técnicos para “preparar uma operação de reestruturação empresarial da nossa companhia”, o jornal da ASEAC solicitou uma entrevista com o presidente para esclarecer de vez os fatos. Na entrevista, Aluizio Meyer confirmou a existência dos estudos, por orientação do governo do Estado, mas negou

que haja uma reestruturação em curso. Segundo ele, a tendência é de que a CEDAE assuma o que ele classificou como vocação natural do Estado, “que é a produção de água e o tratamento de esgotos”, convergindo para a separação das áreas de tratamento de água e distribuição, que poderá ser entregue aos municípios, se o novo marco regulatório a ser aprovado no Congresso seguir essa tendência, como ele acredita que ocorrerá. A íntegra da entrevista do presidente da CEDAE publicamos abaixo com exclusividade

Jornal da ASEAC - Circulou um documento pela empresa dando informações sobre uma possível reestruturação da empresa. O que existe de concreto sobre esse assunto?

Aluizio Meyer - O documento que eu coloquei não é uma proposta de reestruturação. O que eu procurei foi evitar fofocas. Esclarecer que não tinha absolutamente nada nesse sentido. O que existe de concreto é um projeto de lei do PT, conduzido pelo ministro Olívio Dutra, em que se tenta modificar o marco regulatório do saneamento. O que se pretende é

municipalizar o saneamento. É isso que o governo federal pretende e os deputados e prefeitos também. Isso é uma realidade. Já conversei com vários deles e são todos municipalistas. Acham que o município tem de assumir o saneamento. E isso significa a extinção da CEDAE. O que o governo federal, o PT está tentando fazer é extinguir as empresas de saneamento nos estados e passá-lo para os municípios. Isso nos deixa muito preocupados. O governo do Estado está preocupado. E nós recebemos uma determinação da nossa governadora, sob a coordena-

O projeto de lei do PT para o marco regulatório pretende mesmo é municipalizar o setor de saneamento



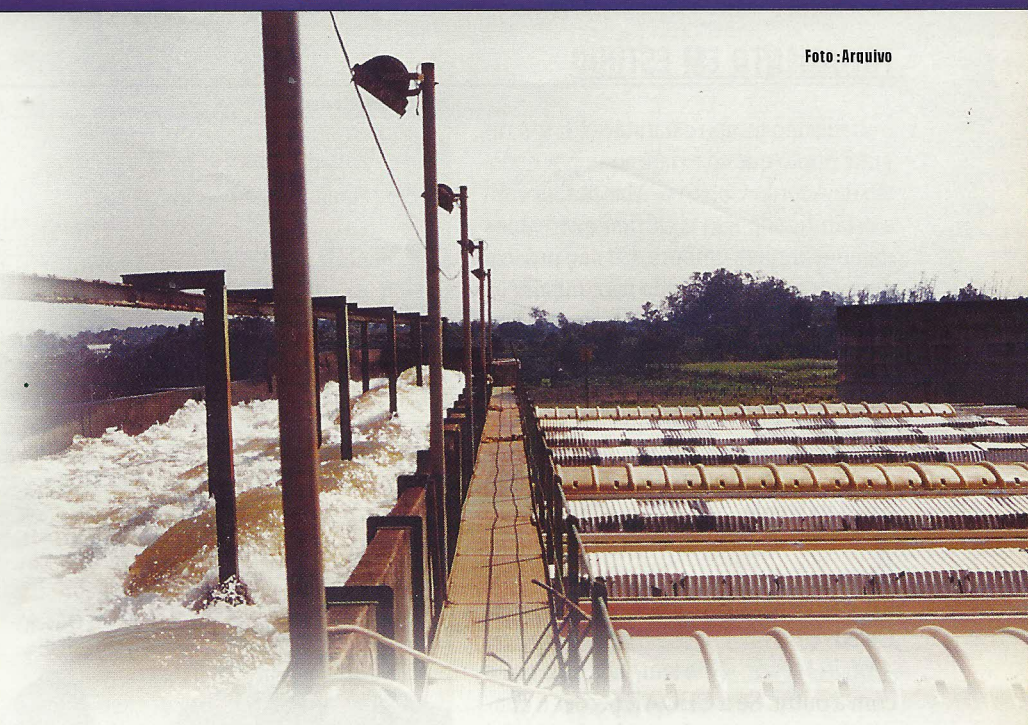


Foto: Arquivo

ção do nosso secretário e vice-governador, Luís Paulo Conde, para verificar o que pode ser feito para que o Estado não fique com ônus de ter de produzir água, manter salários de funcionários e não ter como arrecadar para fazer frente a essas despesas. Como aconteceu com a Águas de Niterói: o prefeito municipalizou, privatizou, ficou com todos os ativos, não pagou nada à CEDAE e nem ao governo do Estado. Hoje nós estamos discutindo os ativos na Justiça. O que se pretende com essa lei do PT: que os bens fiquem sem qualquer pagamento para o Estado, para quem antes operava o sistema. Os bens que ainda estão financiados vai-se discutir como será feito o restante desse pagamento. Ainda com relação à águas de Niterói, olhem bem a tarifa que eles pagam: estabeleceram uma tarifa que não é o que a gente gasta para produzir, mas o valor que eles decidiram que deveriam pagar. E o Estado não pode aceitar essa situação. A orientação do Estado é essa: o que fazer para evitar a destruição da CEDAE e das companhias de saneamento, que o PT quer impor aos estados de uma maneira geral.

Jornal da ASEAC - Mas o marco regulatório ainda não está aprovado ainda. Se preparar agora para a municipalização não seria precipitado?

Aluizio Meyer - Conversando com os deputados, e com a própria governadora também, a gente sente que isso vai ser aprovado, porque os deputados são municipalistas, estão ligados a prefeitos. E se ainda não foi aprovado, com certeza vai ser. E nós não podemos esperar primeiro isso acontecer, esperar entornar o caldo, deixar o leite derramar para depois tomar providências. Por isso, o governo



A proposta é de que o Estado fique apenas com o sistema de produção de água

determinou que nós fizéssemos estudos, e é isso que nós estamos fazendo.

Jornal da ASEAC - Então o que existe hoje são apenas estudos sobre possíveis alternativas, é isso?

Aluizio Meyer - São estudos buscando evitar que se passe todos os bônus para o município e todos os ônus para o Estado. Se vai ser privatizada a distribuição, isso é um outro momento que pode acontecer. Pode acontecer, mas eu não sei. De qualquer forma, não se faz uma privatização debaixo dos panos, como estão falando. Isso é público, tem que passar pela ALERJ, ter audiências públicas... É uma irresponsabilidade fomentar esse tipo de fofoca internamente, porque cria um clima muito ruim. Nós estamos fazendo um esforço enorme para resgatar a imagem da CEDAE perante à sociedade. E ela é péssima, porque existem alguns funcio-

nários que não querem nada. Se valem dessa questão da estabilidade para não trabalhar. E nós não podemos aceitar a estabilidade, porque não é possível o camarada ser celetista e ter estabilidade. Isso não existe em lugar nenhum, só na CEDAE. Tem funcionário que tem 57 ações contra a empresa e já está entrando com a 58ª, alegando danos morais.

Jornal da ASEAC - Isso pode ser um impasse na discussão do Acordo Coletivo?

Aluizio Meyer - Conversando com os sindicalistas - e a minha porta está aberta - eu disse para eles que essa questão é muito complicada. Não se pode gerenciar uma empresa amarrado. Eles alegaram que, politicamente, não podem abrir mão disso. A gente até entende que é uma coisa complicada, pois eles não podem colocar em risco a carreira política deles. Isso não foi dito assim, claramente, mas a gente percebe nas conversas. Eles têm uma preocupação com a estabilidade perante à categoria, mas é importante esclarecer muito bem que essa questão de se perder a estabilidade não significa que as pessoas vão ser demitidas.

Jornal da ASEAC - A tendência natural então seria o dissídio?

Aluizio Meyer - Eu acho que sim, nesses casos é o que acontece. A gente coloca nosso ponto de vista, e o juiz decide. O que decidir a gente acata. A legislação não prevê estabilidade. Prevê o Fundo de Garantia. Mas o pessoal daqui é celetista

Foto: Arquivo



FATIAMENTO EM ESTUDO

e ao mesmo tempo estatutário. É um regime duplo que só existe aqui, por questão de Acordo Coletivo. Mas acabar com a estabilidade não significa que vamos mandar alguém embora. Eu não posso é permitir que o camarada não trabalhe, e eu não possa mandar ele embora. Tem muitos funcionários excelentes aqui dentro que estão sendo prejudicados por outros que se aproveitam dessa questão da estabilidade. Mas esses estudos que estamos fazendo não incluem essa questão da estabilidade.

Jornal da ASEAC - Não há nenhuma ligação então desse projeto e o Acordo Coletivo?

Aluizio Meyer - Não tem nada uma coisa com a outra. Se a CEDAE perder a concessão porque uma determinada área foi municipalizada, o que se vai fazer com essas pessoas? O que a SABESP tem no seu acordo coletivo? Se determinado ponto for privatizado ou se perdermos a concessão, todo mundo vai para a rua...

Jornal da ASEAC - O marco regulatório enfrenta ainda um impasse nas regiões metropolitanas. Como o senhor vê isso, se ainda não existe consenso nessa questão?

Aluizio Meyer - Essa é uma questão política, que pode gerar um desgaste muito grande se não houver um entendimento

Foto: Alexandre Loureiro



com os municípios. Por exemplo, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Magé estão questionando. Há um movimento dos prefeitos no sentido de se tornarem independentes da CEDAE. Isso é um problema. Fica muito difícil trabalhar na região metropolitana sem uma articulação com os municípios. A prefeitura do Rio acabou de criar uma taxa pelo uso do subsolo. E essas coisas tendem a inviabilizar a água para a sociedade. O preço acaba subindo muito. Essa questão é difícil?

Jornal da ASEAC - Principalmente porque o sistema é integrado?

Aluizio Meyer - O que eu acho é que é necessário investir no sistema. E a CEDAE não está em condições de fazer esses investimentos, porque a sua arrecadação não permite. Nossa situação econômica não permite que a gente busque recursos junto ao BNDES, por exemplo. Isso está prejudicando a sociedade. Se houver um problema no Guandu, pára o abastecimento na região metropolitana. Isso é preocupante, e nós não podemos manter uma empresa nessa situação. Não podemos colocar em risco o abastecimento de 10 milhões de pessoas. É muita irresponsabilidade a gente manter um modelo que impeça esse tipo de investimento. Do jeito que está, é impossível. Nós só temos uma Veiga Brito, só temos um túnel ligando o Guandu à Elevatória do Lameirão. Se houver um problema, acabou o abastecimento no Rio. E não podemos investir para duplicar o sistema. Se

houver um vazamento de produtos químicos, o próprio poder diluente do rio leva aquilo embora. Mas se arrebentar um túnel no Guandu...

Jornal da ASEAC - O documento que circulou com esclarecimentos aponta para a possibilidade de a CEDAE ficar com a produção de água e a distribuição ficar com os municípios. Essa é a proposta?

Aluizio Meyer - Não, não é isso. Existem vários modelos que estamos estudando. Uma coisa que eu acho que é vocação do Estado é a produção de água e o tratamento de esgotos. Os melhores técnicos da CEDAE e de todas as empresas de saneamento estão nessa área, tratando da qualidade, da quantidade. Isso não deve sair nunca da mão do Estado. Agora, a distribuição pode ser municipalizada, pode ser privatizada, pode ser feita através de consórcios. É o que acontece em vários municípios. A própria Águas de Niterói é assim. Mas o que se está pensando é separar a produção da distribuição, ter uma empresa de distribuição – ou várias empresas disso – e uma de produção, para que se evite o que aconteceu com a Águas de Niterói, que foi municipalizada e privatizada, dando um prejuízo muito grande à CEDAE. E o valor que eles pagam pela água, eles estabeleceram, é de R\$ 30,00, enquanto a gente gasta R\$ 80,00. Ou seja, o Estado está subsidiando a empresa. Para evitar que isso se repita e fiquemos com o ônus, o Estado quer que nós separemos a produção da distri-



Foto: Arquivo



Nós arrecadamos R\$ 115 milhões, e precisamos de R\$ 140 milhões.
Nós não somos auto-suficientes.
O Estado sempre acaba tendo que colocar recursos na empresa

buição, para que saibamos quanto custa a produção, e essas empresas de distribuição comprem a água a um preço de venda pré-estabelecido. Nessa situação, se algum prefeito quiser sair, municipalizar o sistema, já vai saber quanto vai pagar, não terá mais o que discutir na Justiça.

Jornal da ASEAC - A idéia então é ter uma CEDAE produtora e uma CEDAE distribuidora?

Aluizio Meyer - Essa é a idéia do estudo, evitar que alguém arbitre lá embaixo, e a CEDAE perca como está acontecendo com Niterói. Essa é a essência do estudo, que não é conclusivo ainda, mas a idéia é defender a CEDAE, porque se não ela fatalmente vai acabar.

Jornal da ASEAC - Os técnicos alegam que ficar apenas com a produção, devido ao alto custo do tratamento, e entregar a distribuição significa para a CEDAE ficar com o ônus e entregar a "caixa registradora" para os municípios ou para o setor privado.

Aluizio Meyer - Eu não vejo o Estado com vocação para a distribuição como vejo para a produção. A produção é macro, a distribuição é micro. É o que permite negociatas, exige muita gente, e hoje é muito difícil fazer concurso público... Mas a idéia não é fazer essa separação e tirar os funcionários. Apenas ter a garantia de que se o sistema for privatizado em algum município, se a água sair do nosso controle, a gente vai ter como cobrar.

Jornal da ASEAC - Como está sendo pensada a questão do Rio de Janeiro, caso os serviços sejam municipalizados como o senhor coloca?

Jornal da ASEAC - Na realidade, hoje nós arrecadamos R\$ 110 milhões, R\$ 115 milhões, e precisamos de R\$ 140 milhões. Mesmo com toda a Baixada, com São Gonçalo, nós não somos auto-suficientes. O Estado acaba tendo que colocar recursos na empresa. É evidente que o Rio de Janeiro tem um potencial de pagamento muito maior em relação ao resto do Estado. Mas mesmo assim, não é suficiente para a CEDAE se manter. Os investimentos são todos do Estado. Novas adutoras, novas instalações, os investimentos do PDBG, a despoluição da Barra da Tijuca... tudo assumido pelo Estado. A CEDAE não tem condições de pagar por isso. Quem assume a dívida é o Estado. O Rio de Janeiro não é suficiente para o nosso custeio. O que pretendemos, então, é não ter um prejuízo maior ainda. A dívida da Light o governo do Estado está assumindo. Nós estávamos devendo até 31 de dezembro cerca de R\$ 160 milhões. E não é porque eu tenha dinheiro em caixa e não queira pagar, mas porque eu não tenho como pagar.

Jornal da ASEAC - O que fazer para melhorar o desempenho da CEDAE?

Aluizio Meyer - Temos de cortar, passar a ter uma cobrança mais eficiente. Nós fizemos uma licitação e contratamos, como a SABESP fez, empresas por taxa de sucesso. Dividimos a empresa em áreas, e vamos entregar a dívida de cerca de R\$ 3 bilhões para que essas empresas cobrem paulatinamente. Nosso objetivo maior não é buscar de imediato essa dívida, mas diminuir a inadimplência mensal. Já estamos sentindo isso, porque na hora em que se começa a cortar, as pessoas se preocupam. Mas se não pagam e não acontece nada... Nós estamos caminhando lentamente para uma melhoria. Nós nos baseamos no modelo da SABESP, e a arrecadação já está melhorando. Mas isso é lento.

Jornal da ASEAC - Na área operacional, o que está sendo feito para melhorar o desempenho, para reduzir as perdas, por exemplo?

Aluizio Meyer - Nós estamos num processo para reduzir tudo quanto é custo. Estamos fazendo estudos para tentar ver como economizar energia, por exemplo. Se conseguirmos trocar os motores velhos por outros mais novos, vamos economizar energia. Mas isso requer investimentos. Enquanto não conseguirmos melhorar a arrecadação, vamos ficar apagando incêndio.



Foto: Arquivo

Aluizio Meyer diz que a atual arrecadação não permite sobras para novas obras



FATIAMENTO EM ESTUDO

Jornal da ASEAC - A CEDAE tem tido dificuldades para acessar recursos federais. A empresa está pensando em entrar nesse programa de modernização do governo federal?

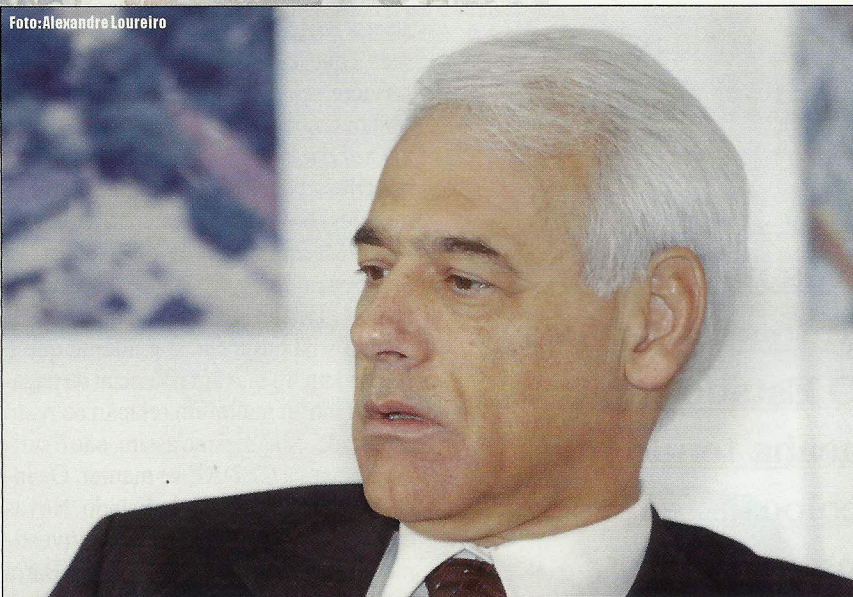
Aluizio Meyer - Estamos preenchendo os dados exigidos pelo Ministério das Cidades para nos habilitarmos a isso. Mas eu acho que é muito importante todos se engajarem, se empenharem na melhoria da empresa. Por exemplo, nós temos um ticket alimentação de R\$ 12,00. Aí vem o sindicato e pede R\$ 14,00. Multiplicando pelo número de funcionários, já começa a ser um valor significativo. E nós fizemos uma pesquisa nas imediações de todas as instalações da CEDAE que mostrou que o valor é mais do que suficiente para o empregado se alimentar.

Jornal da ASEAC - E quanto a CAC. Os empregados reclamam do custo da terceirização...

Aluizio Meyer - A CAC é administrada pelos funcionários, não é administrada pela CEDAE. A PRECE também. São duas empresas independentes. O presidente e os diretores são funcionários da CEDAE. O sindicato participa de ambas. O que não se pode é ter um déficit atuarial, e a CEDAE bancar. Não dá para querer ter um Copa D'or, com o empregado pagando R\$ 10,00 e a CEDAE os outros R\$ 990,00. Nós estamos prontos para bancar um auxílio saúde, para que o empregado tenha tranquilidade, que esteja amparado. Agora, isso tem limite. Nós temos que garantir que ele tenha essa segurança, seja através da CAC ou de um plano de saúde privado. As pessoas colocam as coisas com base em valores sentimentais, românticos. A gente tem de ver o que é melhor para o funcionário e para a empresa. As coisas mudam. Se não é nossa vocação administrar a saúde, vamos contratar quem tenha vocação, experiência para isso. Nossa proposta é manter a tranquilidade do funcionário em relação à saúde. Mas são duas empresas independentes. Nós não temos ingerência nelas. Mas nós temos a preocupação sim, não vamos colocar mais recursos nelas. Se eu tiver um plano de saúde que me dê tudo que a CAC me dá e mais barato, eu vou optar por ele. Por enquanto, a CAC está se mantendo, e a PRECE é uma conquista do país.

Jornal da ASEAC - Quer dizer que as duas entidades não correm risco, mesmo

Foto: Alexandre Loureiro



que o setor seja municipalizado?

Aluizio Meyer - Eu acho que o caso da CAC é mais delicado. Mas a CAC parece que está sendo bem administrada. E a PRECE, se houvesse mais patrocinadores, seria muito melhor. Se houvessem outras empresas participando, estaríamos trazendo sangue novo para a PRECE, isso seria muito positivo. Eu não vejo possibilidade de extinção da PRECE.

Jornal da ASEAC - Mas e a CAC?

Aluizio Meyer - A CAC eu não sei. Não é nossa vocação, nem dos funcionários da empresa gerenciar a saúde. Cada macaco no seu galho. Um plano de saúde não vai se aventurar a produzir água. Eu acho que o pessoal de saneamento também não tem que se meter a cuidar de plano de saúde.

Jornal da ASEAC - O ex-governador Garotinho e a atual governadora Rosinha

Administrar a CAC não é nossa vocação. E nem dos funcionários da empresa gerenciar a saúde. Cada macaco no seu galho

Matheus se manifestaram, quando candidatos, e ele já como governador, a favor da CEDAE pública e estatal. Agora, surgem esses boatos acerca da possibilidade de privatização. Mudou alguma coisa ou se mantém essa tendência quanto ao modelo gerencial da empresa?

Aluizio Meyer - Não posso responder, nem por um nem por outro, sobre se mudaram as posições deles. Posso dizer é que há uma preocupação do Estado com relação à possibilidade de o governo federal municipalizar o setor, com o seu projeto de lei que está sendo encaminhado para votação no Congresso. O Estado não pode ficar com o ônus e os municípios com os bônus. Agora, se mudou eu acho que não. Acho até que é vocação do Estado - e a governadora não vai abrir mão disso - é para a produção de água. Sinto que o que eles acham que a vocação do Estado é cuidar da produção de água e do tratamento de esgotos, e estão preocupados com essa possibilidade da municipalização. Acho que jamais vão privatizar a produção. Mas essas outras áreas que não são vocação do Estado, isso eu não sei.

Jornal da ASEAC - E os municípios que não podem arcar com o custo dos serviços e que não interessam ao setor privado?

Aluizio Meyer - Por isso o Estado tem que manter a produção, de tal forma que tenha recursos para garantir isso, para investir nesses locais. E vai ser com a área de produção, embutindo alguma coisa no preço da água que a CEDAE vai vender, para então poder garantir os serviços nos municípios que são deficitários.

DEPOIMENTO DO PRESIDENTE DA ASEAC, FLÁVIO GUEDES

Modelo perverso

Fatiamento da CEDAE ameaça os princípios da integralidade, equidade e universalidade

O presidente da ASEAC, Flávio Guedes, criticou duramente a proposta de fatiamento da CEDAE que o governo do Estado está propondo como modelo para a empresa, de forma a se enquadrar na Política Nacional de Saneamento Ambiental do país, que está sendo encaminhada ao Congresso pelo governo federal.

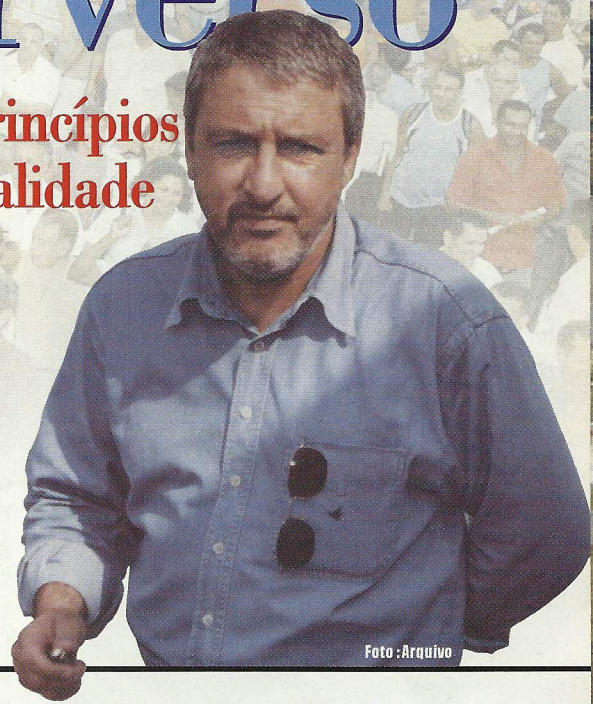


Foto: Arquivo

Flávio Guedes disse não acreditar que o governo federal defenda a entrega dos serviços de distribuição aos municípios e, conseqüentemente, à iniciativa privada, pois dessa forma o governo Lula estaria sendo incoerente com os próprios princípios que vem defendendo para o setor: integralidade, equidade e universalidade. “E muito menos que o governo estadual compactuasse com tal insensatez”. Isto porque, com os serviços privatizados só terá água e tratamento de esgotos quem puder pagar por eles. Os pontos principais analisados pelo presidente da ASEAC são os seguintes:

SOBRE A POSSÍVEL MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

“Eu não entendo que o projeto do governo federal aponte para uma municipalização, principalmente nos grandes centros urbanos metropolitanos. Isto está sendo objeto de um projeto de lei, que pode ser modificado. Nas regiões metropolitanas, por exemplo, existe um instrumento na lei que dá condições para que as companhias estaduais de saneamento, com sua larga bagagem de conhecimento,

façam convênios com os municípios. Especialmente pelo fato de os sistemas serem integrados, e também pelo fato de os mananciais, as fontes de água potável apresentarem necessidades de serem recuperadas e protegidas. Por isso, não acredito que haja esse entendimento de uma municipalização ampla, geral e irrestrita.

SOBRE A POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DA CEDAE EM PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS

“Eu acho não apenas possível, como necessário. Os modelos das companhias estaduais não estão falidos. O exemplo é a Sabesp, uma empresa pujante, que pertence, hoje, a um governo do PSDB. Assim como a Copasa, de Minas, também do PSDB; a Embasa, da

Bahia, que pertence ao PFL; a Sanepar, do Paraná, que entrou na onda equivocada das privatizações, e recentemente, o governador Roberto Requião (PMDB) reestatizou a Sanepar. Hoje as empresas estão trabalhando de modo decente e competente. E dou o exemplo da CEDAE, no governo Moreira Franco, que teve autonomia para atuar, de forma descentralizada, e apresentou resultados extraordinários. No final daquele governo, a empresa foi apontada pela revista Exame como “top de linha” em arrecadação. E no próprio governo Garotinho, foi feito um novo modelo para a CEDAE, através da qual as diretorias eram descentralizadas, através de diretorias regionais por bacias hidrográficas, dando uma mobilidade muito boa para a empresa. Para dar um exemplo, naquela época, nós não deixamos de pa-

Foto: Arquivo



AMEACA GLOBAL

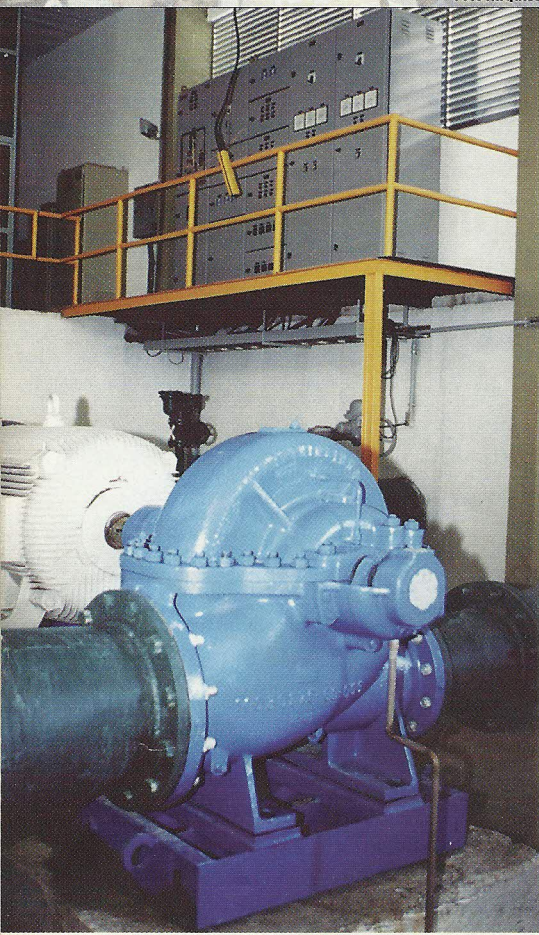


Foto: Arquivo

SOBRE A IDÉIA DE SE CRIAR UMA CEDAE PARA PRODUZIR ÁGUA E OUTRA PARA DISTRIBUIR

“Eu acho que essa proposta vai fazer do setor de saneamento o mesmo que foi feito com os setores de energia elétrica e ferroviário. Fiz um artigo na última edição do jornal da ASEAC, mostrando isso, através de um comparativo: o modelo adotado para a privatização daqueles dois setores fez com que a caixa registradora fosse entregue à iniciativa privada, através da entrega da distribuição à Light e à CERJ (hoje, Ampla) no Estado do Rio. A produção e a transmissão de energia, que requerem pesados investimentos, ficaram com o Estado. No setor ferroviário, a caixa registradora, que é o transporte de passageiros, ficou com a iniciativa privada, enquanto as expansões da rede ferroviária (trem, metrô) ficaram com o Estado. E no caso do saneamento, se for repetido o modelo, o estado ficaria com a produção de água - com todos os problemas decorrentes da morte gradual e constante dos nossos mananciais - e com o tratamento dos esgotos. Ou seja, com “a batata quente”, o ônus mais pesado dos serviços, ao passo que a “caixa registradora – a distribuição – ficaria com os municípios ou com a iniciativa privada. É fácil concluir que com a iniciativa privada só ficará a caixa registradora dos municípios que são superavitários, principalmente das regiões metropolitanas. E eu acredito piamente que os municípios deficitários certamente vão ficar com o Estado. Isso demonstra que essa separação é muito ruim. Se a política de saneamento do governo federal está propondo esse tipo de separação, estamos diante de um modelo completamente equivocado. Se o presidente Lula permitir uma coisa dessas, vai estar trabalhando ao arrepio da vontade popular. O próprio jornal da ASEAC publicou as propostas do PT – através das quais o candidato Lula prometia investir os recursos do governo, da CEF e do BNDES para fortalecer as companhias estaduais de saneamento. Dar agora o ônus da produção ao Estado e os bônus da distribuição – a caixa registradora – aos municípios, à iniciativa privada é uma **INCOERÊNCIA**.”

SOBRE O FUTURO DO SANEAMENTO NAS CIDADES DO INTERIOR DO ESTADO

A CEDAE hoje é uma excelente produtora e uma excelente distribuidora de água. Mas não é uma excelente arrecadadora. A companhia deixa de arrecadar cerca de 60% da água que produz. Isso quer dizer que temos uma margem de crescimento fantástica. Esse “excesso” de água de boa qualidade é saúde. Se o governo do Estado, que está fazendo um bom trabalho, tiver que arcar com o “ônus” de distribuir uma água de boa qualidade para a população, é com esse “ônus” que a CEDAE vai ter de arca para manter a população saudável. Se nós tivéssemos uma CEDAE privatizada, entregando água somente para quem paga, essa crise que o município do Rio de Janeiro enfrentou na saúde, certamente teria sido potencializada. Quanto aos municípios do interior, não há dúvidas, são deficitários, não interessam ao setor privado.

SOBRE A PERDA DA ARRECADAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA E A SITUAÇÃO DO INTERIOR

Certamente o governo do Estado vai ter de bancar os serviços. Só que com uma única diferença: não teremos recursos viabilizados através do subsídio cruzado. E o Estado vai ter de tirar dinheiro do seu caixa para bancar esses municípios, porque a CEDAE vai estar transferindo sua arrecadação, seu superávit, para a ini-

gar contas de energia elétrica. O atraso nas contas que a CEDAE enfrenta hoje começou em abril de 2002 e perdura até hoje. Eu não entendo porque aquele modelo traçado pelo próprio governo Garotinho foi abandonado, pois era um grande início de uma grande empresa.

SOBRE A PROPOSTA DE DIVIDIR A CEDAE EM SEIS EMPRESAS

“Eu não entendo o motivo de se fatiar a CEDAE. Os exemplos disso citei no comentário anterior. Eu acredito que ela tem total condição de funcionar. E digo mais: ela funcionaria tranquilamente se nós pegássemos as ações da CEDAE e passássemos parte delas para os municípios, e estes tivessem assento no Conselho de Administração da empresa, participando também das decisões sobre os investimentos da companhia. E que fossem nossos parceiros também na parte da distribuição de água e até da arrecadação. Porque se a CEDAE tem problemas é em função da nossa falha na arrecadação, devido ao crescimento desordenado.”

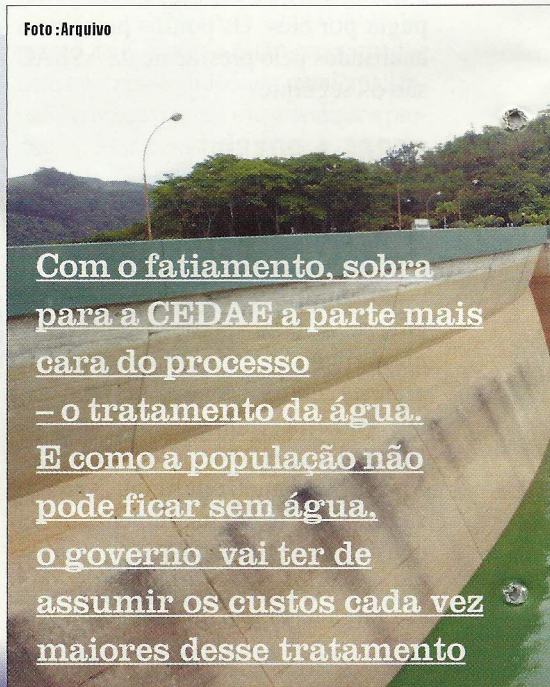


Foto: Arquivo

Com o fatiamento, sobra para a CEDAE a parte mais cara do processo – o tratamento da água. E como a população não pode ficar sem água, o governo vai ter de assumir os custos cada vez maiores desse tratamento





ciativa privada. Por isso é que eu afirmo que separar os municípios superavitários e entregá-los à iniciativa privada e ficar com os deficitários é uma coisa muito complicada. Isso seria uma forma covarde e criminosa de subsídio à iniciativa privada. É como estão fazendo na Ferrovia Norte-Sul, onde o governo está investindo cerca de R\$ 11,2 bilhões. Se o setor de saneamento tivesse um pouco desse subsídio, só um pouco, para modernizar as companhias estaduais, tenho certeza de que a gente daria a volta para cima, como o governo do Estado está fazendo em outros setores.

SOBRE OS RISCO DO MODELO PARA A SOBREVIVÊNCIA DA CEDAE

Esse modelo proposto não atende a CEDAE, nem a sociedade. É, na verdade, uma forma de desmoralizar o setor de saneamento público. Além disso, sobra para a CEDAE a parte mais cara do processo, que é o tratamento da água. E como a população não pode ficar sem água, o governo vai ter de assumir os custos cada vez maiores desse tratamento. O meu medo é que essa água se torne praticamente intratável. Aí vai ser o caos. Por isso, há necessidade de se fazer um saneamento ambiental sério, principalmente nas áreas das bacias onde há interesse hídrico, como a do Paraíba do Sul e do Guandu. Eu afirmo que essa proposta do governo do



Estado de fatar a empresa é uma forma de desmoralizar o setor público, principalmente o de saneamento, o único que ainda continua integralmente na mão do Estado. E mais: ela condena a nova empresa que vier a ser constituída a já nascer falida. Se a companhia ficar encarregada apenas de produzir água tratada, qual é a garantia de que a companhia vai receber pela água fornecida. E mais grave, não podemos simplesmente suspender o fornecimento dessa água, sob pena de prejudicar a população. E a nova empresa ainda ficaria com o esgoto para tratar, serviço pelo qual também não tem qualquer garantia de que vai receber. E também não poderá fechar as comportas do sistema de esgotamento e suspender o tratamento. Por isso, a conclusão mais lógica é de que esse modelo proposto, se implantado, terá a única e exclusiva função de desmoralizar a atuação da estatal.

SOBRE A DIFERENÇA ENTRE SANEAMENTO PÚBLICO E SANEAMENTO PRIVADO

O lucro que o setor privado quer é o lucro financeiro. O lucro que o Estado oferece é o lucro social. Não tenham dúvidas que a parte do tratamento de água não é atrativa ao setor privado, visto os problemas do aumento gradual – ou exponencial – do custo desse tratamento. Se à iniciativa privada ficar com a responsabilidade do tratamento, não tenha dúvida de que ela vai abandonar na primeira dificuldade. Não podemos esquecer que na década de 90, quando a CEDAE estava no auge de seu poder de trabalho, o cólera chegou ao Brasil, mas não aportou no Rio de Janeiro, graças à eficiência da companhia. É bom frisar isso: à iniciativa privada não é atrativo o lucro social, mas o lucro financeiro. Ao contrário do Estado, que tem como dever garantir o lucro social. E se o Estado quiser lucro social, de fato, é isso que a CEDAE vai dar.

SOBRE O COMPROMISSO DA GOVERNADORA ROSINHA COM O SANEAMENTO PÚBLICO

Tanto o ex-governador e hoje secretário Anthony Garotinho quanto a go-



vernadora Rosinha Matheus Garotinho assumiram compromisso com a defesa da CEDAE em suas campanhas eleitorais. Por isso, o pessoal da CEDAE sempre imaginou que tinha neles um defensor. Graças a postura do ex-governador, fomos a única empresa que fugiu de uma privatização. Garotinho tratou a CEDAE com toda dignidade possível, inclusive implantando a descentralização na empresa. Infelizmente, não se sabe porque, alguma coisa mudou. Sabemos que a CEDAE não está bem, mas temos consciência de que a empresa é perfeitamente viável. Queremos ver a CEDAE reestruturada, mas preservada como empresa pública e estatal. Por isso, vamos cobrar da governadora a diretriz que ela manifestou no próprio jornal da ASEAC, de agosto de 2002, transcrito na edição de março/abril passado. Se o petróleo é nosso, a água também é nossa. E se a refinaria é nossa, a CEDAE também é nossa.



Plebiscito já!

Sociedade precisa ser ouvida para decidir o futuro da água

E indefensável, incompreensível, além de abusiva essa lógica entreguista. Temos que mobilizar todos aqueles dispostos a resistir: partidos políticos, sindicatos, associações..., montar um projeto de lei popular, enfim, garantir que a decisão seja do povo, através de consulta popular. Plebiscito já! É preciso ressaltar que a proposta de privatização do maior bem natural do mundo vai colocar o Brasil na contramão da quase totalidade dos

países desenvolvidos, ignorando os exemplos de nossos vizinhos sul-americanos que tiveram que enfrentar a pressão popular contra as tentativas de privatização da água e assinando diploma de incompetência diante das organizações mundiais ligadas às questões sócio-ambientais". Essa é a visão do diretor do Interior da CEDAE, Alcione Duarte, que defende, nesta entrevista, um plebiscito já, para que a sociedade possa dizer o que pensa sobre o assunto e o que quer.

Jornal da ASEAC - O presidente da CEDAE informou em entrevista à ASEAC que estão sendo feitos estudos para preparar a empresa para o novo marco regulatório que será votado pelo Congresso e que aponta para a municipalização, no entender dele. Na sua opinião, qual o melhor modelo a ser adotado para o Saneamento no Estado e para a CEDAE, diante desta perspectiva?

Alcione Duarte - Não considero como "favas contadas" que o novo marco regulatório para o saneamento que será votado pelo Congresso Nacional seja o baseado nas propostas feitas pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. O bom senso aponta como melhor alternativa o anteprojeto de lei de autoria do Senador Gerson Camata, que está baseado em sugestões do Fórum Nacional dos Secretários de Saneamento e do qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro é signatário. Dentro dessa lógica de marco regulatório apresenta-

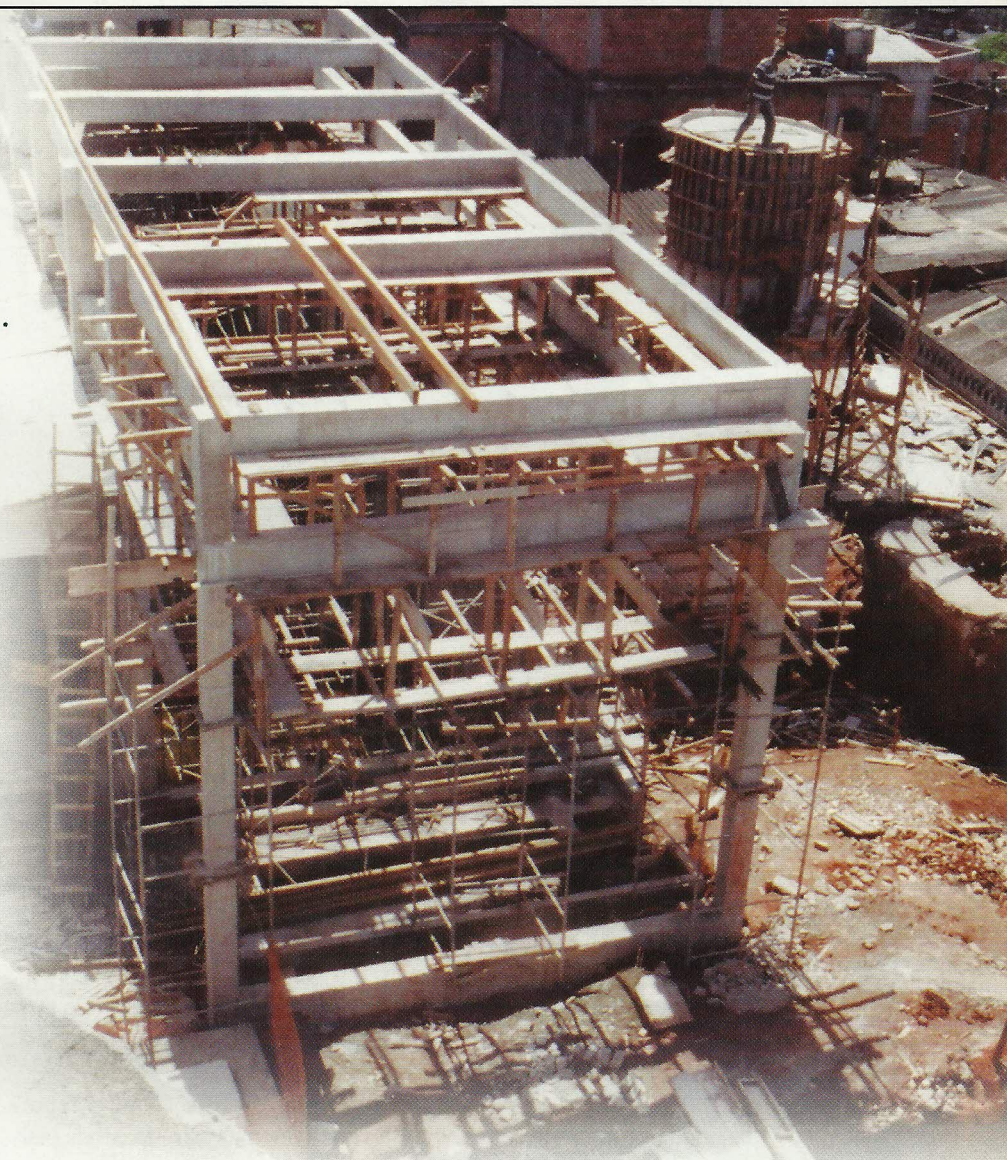




da pelo Senador, o melhor modelo a ser adotado é aquele que foi construído com o apoio do Governador Garotinho, implementado em abril de 2001, que vinha dando resultados cada vez melhores no atendimento ao usuário e na arrecadação, mas infelizmente foi suspenso em janeiro de 2003.

Jornal da ASEAC - Um modelo possível, segundo o presidente da CEDAE, seria a separação da CEDAE em duas: uma para produzir água tratada e outra para distribuir a água onde os municípios assim o quisessem. Na sua opinião, esse modelo pode ser uma solução para manter a CEDAE pública e sob o poder do Estado ou poderia facilitar a decisão dos municípios de privatizar?

Alcione Duarte - Já temos algumas experiências da segmentação Produção x Distribuição. São pequenas, mas acho oportuno lembrá-las. Pirapetinga - MG (Copasa / Produtora) e Ibitinema - Santo Antonio de Pádua - RJ (CEDAE / Distribuidora): o volume de água disponibilizado é insuficiente, existe insatisfação dos usuários, pagamos baseados na tarifa industrial, quando 90% do nosso cadastro naquele local são de residências. Sapucaia - RJ (CEDAE / Produtora) e Sapucaia de Minas - Chiador - MG (Município Distribuidor): há uma reivindicação da municipalidade mineira para que nós, da CEDAE, assumamos a distribuição. Já em Três Rios - RJ (Saetre / Produtora) e Barão de Vassouras - Paraíba do Sul - RJ (CEDAE / Distribuidora), conseguimos rever o valor da tarifa, mas ainda se mantém déficit financeiro no sistema. Estes pequenos conflitos não são significativos por conta do tamanho de seus sistemas e principalmente por serem entes públicos a buscar soluções. Mas quando entramos em sistemas maiores e com a relação Público X Privado, as coisas mudam de figura; por exemplo, em Niterói, a CEDAE produz 1.000 litros de água a um custo de R\$ 0,80, e fornecemos à empresa privada esta água por um custo bem menor que o da produção - R\$ 0,30. E esta empresa privada que distribui a água produzida pela CEDAE, vende à população a um preço de R\$ 1,00. Não acredito que quem tem o histórico de lutas por justiça social, como o casal Anthony e Rosinha Garotinho, defenda este imbróglio, que é o esquiteamento



da empresa, que tem garantido, apesar dos pesares, um atendimento sem distinções, do mais miserável ao mais abastado dos fluminenses. Assim, a resolução não se dá através de cinco empresas distribuidoras, mas da retomada do modelo anterior: cinco diretorias regionais (por bacias hidrográficas) que, diretamente ligadas às áreas consumi-

doras, administravam com eficiência suas prioridades na distribuição.

Jornal da ASEAC - Em caso de os serviços na capital serem municipalizados, como fica a situação da empresa? Ela teria recursos para continuar atendendo os municípios deficitários do interior?

Alcione Duarte - Não existem sistemas deficitários apenas no interior; na região metropolitana, em alguns municípios, isto também é uma realidade. O empobrecimento e o crescimento populacional reforçam ainda mais a necessidade de subsídios cruzados. É obvio que se os municípios superavitários saírem dessa engenharia econômica, ou os usuários nestes municípios pagarão mais, ou os tesouros do Estado e dos municípios arcarão com esta diferença.

Jornal da ASEAC - Como o Senhor avalia a opinião do Presidente, quando justifica o novo modelo proposto

**O
empobrecimento
e o crescimento
da população
reforçam a
necessidade de
subsídios
cruzados**





REESTRUTURAÇÃO



Fotos: Arquivo

“para superar as dificuldades econômico-financeiras” (especialmente na área de distribuição)?

Alcione Duarte - É preciso aqui fazer um histórico: durante todo este Governo, ficamos isentos do pagamento de ICMS, o que representa 18% do faturamento da Empresa; também não tivemos a despesa de 170 milhões de reais (nossa dívida ainda não honrada com a Light); recebemos milhões desembolsados pelo Tesouro do Estado, FECAM (Fundo Estadual de Conservação Ambiental), FES (Fundo Estadual de Saúde) e FAP (Fundo de Amparo à Pobreza); por força de reajustes tarifários, a arrecadação saltou de 90 para 120 milhões de reais/mês, aproximadamente; nunca a área de distribuição recebeu tantos recursos para a manutenção dos sistemas e para pequenas ampliações, quanto os que foram destinados para esses fins (84 milhões do “contrato guarda-chuva”). Foram, então, em torno de 2,5 bilhões de reais disponibilizados para se administrar a CEDAE nos últimos dois anos. Só nos resta pensar que há problemas em nossa gestão e, de certo modo, isso pode ser exemplificado por uma entre diversas situações que vivenciamos. Veja: um metro de tubo PVC (60 mm), fruto de contrato, custa R\$ 6,32, enquanto o mesmo tubo, por licitação, custa R\$ 4,80. Esse é um dos modos que contribuem para que se avolumem as dificuldades econômico-

financeiras citadas na pergunta.

Jornal da ASEAC - A tendência do processo de tratamento é se tornar cada vez mais caro, devido à má qualidade crescente da água bruta. Isso não representaria uma ameaça à empresa, já que a produção é a parte mais cara no processo?

Alcione Duarte - Essa é uma compreensão possível, mas estreita, ainda pautada na crença de que o ser humano, a sociedade e as instituições não evoluem. A questão ambiental saiu dos discursos dos ecologistas para entrar nas escolas, nos livros; assim como é lei a punição para crimes ambientais. Para além do discurso está também o papel da ANA e da SERLA, que recebem pagamento das empresas que produzem água para viabilizar o monitoramento de nossas reservas hídricas. Por outro lado,

**Se a população
vai opinar
sobre a compra
de arma, por que
seria excluída
de opinar sobre
a água?**

se fosse uma verdade absoluta que a má qualidade da água bruta ameaça uma empresa, haveria empresas particulares interessadas em produzir água? E elas brigam por isso...

Jornal da ASEAC - Diante da tendência que o Governo Federal tem apontado para a área do saneamento, o caminho do setor não seria invariavelmente a privatização?

Alcione Duarte - De jeito nenhum! A não ser que todos os setores concordem e se submetam à pressão do FMI e do Banco Mundial, deixando de fazer oposição às tentativas de venda do nosso país. Não foi essa a plataforma que elegeu os Governos Federal e Estadual do Rio. Além disso, nenhum governo, de qualquer instância, tem o direito de entregar um patrimônio público por 20, 30 anos à iniciativa privada, quando o povo confiou-lhe o poder por apenas quatro anos, especialmente falando de um patrimônio que traduz um bem social e não econômico, como a água. É pouco ético, arrogante e antidemocrático tomar esse tipo de decisão sem um debate amplo em todos os setores envolvidos e na sociedade civil: se vão perguntar à população sobre a possibilidade de se comprar uma arma, que é opcional, por que o povo seria excluído de opinar sobre a água que chega em sua torneira, que é vital? Como não coletar seu parecer sobre ser agregado lucro a esse bem? Afinal, se quem pagou e paga a conta somos todos nós, cada um de nós, vamos ao referendo. Temos que mobilizar todos aqueles dispostos a resistir: partidos políticos, sindicatos, associações..., montar um projeto de lei popular, enfim, garantir que a decisão seja do povo através de consulta popular. Plebiscito já! É preciso ressaltar que a proposta de privatização do maior bem natural do mundo vai colocar o Brasil na contra-mão da quase totalidade dos países desenvolvidos, ignorando os exemplos de nossos vizinhos sul-americanos que tiveram que enfrentar a pressão popular contra as tentativas de privatização da água e assinando diploma de incompetência diante das organizações mundiais ligadas às questões sócio-ambientais. O país das maiores reservas de água doce do planeta, e na década da água! É indefensável, incompreensível, além de abusiva essa lógica entreguista.

